

A INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Vivian Missaglia, UNISINOS, profa.vivian.missaglia@gmail.com

RESUMO

Este artigo versa sobre os temas Educação Especial e Educação Inclusiva. A pesquisa investiga o processo de inclusão de um aluno com paralisia cerebral na escola regular. Com base na legislação brasileira, principalmente nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, este estudo apresenta as estratégias para a escolarização de um aluno com deficiência física juntamente com o Atendimento Educacional Especializado no Ensino Fundamental. O problema foca-se nas condições e na atuação da comunidade escolar para efetivar ações educacionais inclusivas. O objetivo é descrever o percurso da legislação vigente à prática escolar. A investigação do tipo qualitativa, a partir de um Estudo de Caso, verifica procedimentos, barreiras e dificuldades para o desenvolvimento da proposta educacional no paradigma da inclusão. As proposições de intervenção emergem mediante a realidade escolar, familiar e social do aluno investigado. Apesar das limitações impostas pela deficiência, todo o indivíduo apresenta competências e habilidades que devem ser potencializadas, sendo fundamental estimulá-lo, objetivando não apenas reabilitação, mas também sua independência e o seu processo de inclusão. Por fim, apresentam-se os progressos deste aluno conquistados com a participação da comunidade escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Escola regular. Atendimento Educacional Especializado. Deficiência física. Paralisia cerebral.

ABSTRACT

This paper discusses the subjects of Special Education and Inclusive Education. The research investigates the process of including a student with cerebral palsy in a regular school. This study presents pedagogical strategies for enrollment of a student with a physical disability supported by Specialized Educational Services, as required by Brazilian law, especially in the National Policy for Special Education in the Perspective of Inclusive Education. The question focuses on the conditions and performance of the school community in the introduction of inclusive educational activities. The aim is to describe the journey from the current legislation to the school's practice of law. The investigation is qualitative, taken from a case study, which verified procedures, barriers and difficulties in relation to the development of the proposed educational paradigm of inclusion. The intervention's propositions emerge from the investigation of the student's school, family and social reality. Despite the limitations imposed by a disability, any individual presents skills and abilities that should be empowering. Therefore, it is fundamental to stimulate each person, aiming not only to rehabilitate but also support their independence and the process of inclusion. Finally, we present the student's progress through achieving participation in the school's community.

Keywords: Inclusive Education. Regular school. Physical disability. Cerebral palsy. Specialized Educational Services.

INTRODUÇÃO

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) traz um novo conceito: “as deficiências resultam da interação entre as pessoas e as barreiras atitudinais e ambientais, que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais”.

Na medida em que a sociedade remova as barreiras culturais, tecnológicas, físicas e atitudinais, as pessoas com deficiência terão sua inclusão e cidadania asseguradas. Essa Convenção foi incorporada à Constituição Federal por meio do Decreto nº 6.949/2009, que garante as pessoas com deficiência o direito de acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis por meio do Artigo 24.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (MEC, 2008, p. 5).

O termo Paralisia Cerebral (PC) é utilizado para denominar transtornos muito diversos, que têm em comum o fato de significarem uma alteração ou alguma perda do controle motor de curso crônico. Pessoas com PC apresentam sintomatologias e prognósticos variáveis, independente do nível cognitivo. PC não é uma doença, mas uma categoria de deficiência.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do AEE; formação de professores para o AEE e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (MEC, 2008, p. 14).

De acordo com o MEC (2008, p. 15), consideram-se alunos com deficiência: “aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade”.

A PC é uma das formas de deficiência motora mais frequente entre a população em idade escolar (BASIL, 2004); estima-se que ocorre em 1,3 a 2,9 casos para cada mil nascimentos (KLEBANOFF, 2009).

Dependendo do grau de incapacidade do aluno, ele pode precisar de auxílio e/ou de equipamentos adaptados na vida diária. Em termos de desenvolvimento pessoal, social e de saúde, alguns alunos podem precisar de ajuda com tarefas como vestir-se, usar o banheiro e comer, enquanto outros precisarão de ajuda limitada apenas em algumas atividades. Em termos de desenvolvimento comportamental, emocional e social, os alunos com paralisia cerebral podem se sentir frustrados e ter baixa auto estima devido à condição (FARRELL, 2008, p. 82).

O MEC (2008) orienta a organização dos sistemas educacionais inclusivos, que supera a organização de sistemas paralelos de Educação Especial, investindo na articulação entre a Educação Regular e a Educação Especial.

A iniciativa de implementação de salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de ensino regular responde aos objetivos de uma prática educacional inclusiva que organiza serviços para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) disponibiliza recursos e promove atividades para desenvolver o potencial de todos os alunos, a sua participação e aprendizagem. Essa ação possibilita o apoio aos educadores no exercício da função docente, a partir da compreensão de atuação multidisciplinar e do trabalho colaborativo realizado entre professores das classes comuns e das salas de recursos (MEC, 2006, p. 12).

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de se conhecer a realidade do processo de inclusão escolar de um aluno com paralisia cerebral e pela importância de considerar cada aluno, independente de sua deficiência, em sua individualidade para poder traçar uma linha conjunta de ações que busquem desenvolver as potencialidades deste sujeito com a participação de toda a comunidade escolar.

Com o objetivo de relatar o processo de inclusão do aluno Y. com paralisia cerebral, a presente investigação se propôs a observar e descrever como uma escola regular de Ensino Fundamental se organiza, através de recursos e estratégias, para incluir e atender as necessidades educacionais de um aluno com deficiência física, de forma a possibilitar seu acesso e participação com o AEE.

Foi realizado um Estudo de Caso, a fim de ter subsídios teóricos, para conhecer o aluno no que se refere ao seu desenvolvimento, seu histórico, seu contexto social e familiar, como se comporta no ambiente escolar, como se relaciona com os colegas e professores, quais os atendimentos clínicos e pareceres técnicos realizados, bem como as trocas entre os diferentes profissionais envolvidos no atendimento do aluno Y.

Nos resultados foram apresentadas estratégias utilizadas para sustentar o processo de inclusão, que buscam valorizar o seu potencial e suas habilidades específicas, procurando efetivar as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) quanto à Educação Especial e Educação Inclusiva.

Evidencia-se o percurso e os percalços da legislação à prática da inclusão escolar de pessoas com deficiência física. Na conclusão, mencionaram-se pressupostos para efetivar o processo de inclusão de todos os alunos na escola regular.

METODOLOGIA

Este estudo descreveu a realidade da inclusão de um aluno com deficiência física (com diagnóstico de paralisia cerebral), matriculado numa turma de segundo ano do Ensino Fundamental na escola regular, possibilitando reflexões legais e propostas de intervenções inclusivas, em especial educacionais.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. Realizou-se um Estudo de Caso para relatar e analisar a situação do aluno Y. e o seu processo de inclusão escolar na rede pública municipal de ensino da cidade de Caxias do Sul - RS.

O método possibilitou interpretar a realidade voltando-se para a compreensão dos significados atribuídos ao sujeito no contexto social; da qual exigiu a observação direta das ações dos atores e interação no ambiente (YIN, 2010).

Os dados referentes ao processo de inclusão de Y. foram coletados ao longo do ano letivo, através de entrevistas com profissionais envolvidos de forma indireta ou direta na escolarização de Y.; observações do cotidiano escolar; levantamento e análise de documentos correspondentes à trajetória do aluno na escola e da legislação brasileira.

RESULTADOS

O aluno Y. é um menino com deficiência física, que ingressou na escola pela primeira vez aos dez anos de idade. Na época, frequentou apenas por um período de dois meses. No ano seguinte, Y. foi matriculado em uma turma de primeiro ano do Ensino Fundamental e acabou repetindo o primeiro ano.

Segundo o laudo médico, a criança apresenta paralisia cerebral, diagnosticada na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) como G80.9: paralisia cerebral não especificada. As dificuldades motoras são

percebidas na marcha e pela hipotonia. Os membros do lado esquerdo do corpo de Y. apresentam paralisia parcial.

Durante esta pesquisa, o aluno Y. frequentava uma turma de segundo ano do Ensino Fundamental no turno da manhã com o acompanhamento de uma Monitora. E foi encaminhado para o AEE na própria escola. Também recebeu a indicação de atendimento multidisciplinar (fisioterápico e fonoaudiológico), porém Y. não realizou.

Apesar de conseguir verbalizar algumas palavras, Y. ainda apresentava dificuldades na fala. No início da escolarização, evidenciava uma importante defasagem no campo da linguagem, principalmente na expressão verbal.

O menino tinha uma boa compreensão do que era falado, mas era pouco compreendido. Em relação ao comportamento de Y., constatou-se instabilidade: momentos mais ativos em que participava e interagia com facilidade; e outros, que ele ficava apático, desinteressado e sonolento.

As dificuldades e barreiras verificadas não dizem respeito apenas ao fato de Y. ter paralisia cerebral. Durante o primeiro trimestre, o aluno faltou muito às aulas. Após o retorno das férias, Y. tornou-se mais assíduo, porque conseguiu transporte escolar, o que facilitou significativamente a sua locomoção e autonomia.

Há grande resistência da família para Y. frequentar a escola e os atendimentos especializados indicados. No discurso da família percebe-se conformismo e descrença diante da deficiência do menino, apesar de sua pouca idade.

Durante este estudo, foi elaborado um Plano de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para atender as necessidades educacionais do aluno Y., respeitando suas limitações e potencializando as suas capacidades para possibilitar aprendizagens significativas no ambiente escolar.

Para as dificuldades identificadas estabeleceram-se objetivos e estratégias para amenizá-las ou extingui-las. As metas foram programadas, de acordo com os déficits ou habilidades de Y., com ênfase na: Motricidade, Cognição, Comunicação, Alimentação e Família.

No Plano de AEE individualizado constam as atividades, a seleção de materiais e equipamentos, as adaptações e os tipos de parcerias necessárias para o desenvolvimento de Y. estabelecidas para um período de três meses, a oferta do AEE no contraturno, durante uma hora, três vezes por semana.

Os profissionais que receberam orientação do Professor responsável pelo AEE sobre serviços e recursos oferecidos ao aluno foram: o Professor de sala de aula, o Professor de Educação Física, os colegas de turma e a comunidade escolar.

No caso de Y., o AEE foi realizado individualmente no mesmo horário em que frequentava a classe comum na própria escola, em desacordo com as diretrizes do MEC, em função da falta de colaboração de sua família. “A oferta de AEE é obrigatória e esse deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum” (MEC, 2008, p. 16).

Ao longo de três meses, os resultados obtidos por meio do AEE contribuíram para amenizar as dificuldades de Y., melhorar a consciência e a expressão corporal, as habilidades perceptivo motoras e visiomotoras; desenvolver o equilíbrio; a comunicação; aprimorar sua interação social; desenvolver sua auto estima; adquirir autonomia e independência na vida diária.

O aprendizado de habilidades ganha mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação. A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência física não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido. Uma criança com atraso no desenvolvimento motor, ou com uma paralisia cerebral, quando incluída em um ambiente escolar inclusivo, tem inúmeras razões para se sentir provocada a desenvolver habilidades que não desenvolveria em um ambiente segregado (MEC, 2007, p. 17-18).

Na perspectiva da Educação Inclusiva, o foco não é a deficiência do aluno e sim os espaços, os ambientes, os recursos que devem ser acessíveis e responder a especificidade de cada indivíduo. Portanto, a acessibilidade dos materiais pedagógicos, arquitetônicos e nas comunicações, bem como o investimento na formação docente, criam condições que asseguram a participação de todos (MEC, 2008).

A Professora de Y. relatou que precisou buscar informações sobre deficiência e também subsídios didáticos para poder fazer adaptações no planejamento para auxiliar e possibilitar avanços no desenvolvimento do aluno.

Os estudos demonstram que não só falta preparo profissional, mas também informação quanto à paralisia cerebral. A maioria dos professores nunca conheceu ou teve contato com uma pessoa com deficiência (GOMES; BARBOSA, 2006).

Cabe ao professor da sala de recursos, atuar conjuntamente com o professor da classe comum, para orientá-lo acerca da participação efetiva do aluno com deficiência física nas atividades recreativas, esportivas e culturais da escola, trabalhando, fundamentalmente, os aspectos relacionados ao desenvolvimento da auto estima, auto valorização e auto imagem, devendo

buscar ainda, estimular a independência e a autonomia, bem como a socialização desse aluno com outros grupos (MEC, 2006, p. 29).

Na escola de Y., não há acessibilidade arquitetônica, um fator que dificulta a sua inclusão. A Equipe preocupa-se em colocar a sala da turma de Y. no térreo. De acordo com Basil (2004), a eliminação de barreiras arquitetônicas e no transporte para ter acesso à escola e dentro dela é um dos aspectos essenciais a se levar em conta.

Constatou-se que o aluno Y. necessitava de um Profissional de Apoio para locomoção, alimentação e higiene, porque ainda não realizava estas atividades com independência. É relevante destacar que “esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência” (MEC, 2010).

Segundo o MEC (2007): “são esses recursos humanos que possibilitam aos alunos com deficiência física a autonomia, a segurança e a comunicação para que eles possam ser incluídos no ensino comum”.

No caso do aluno Y., os educadores relataram algumas dificuldades em seu processo de inclusão, tais como: resistência da família aos atendimentos na área da Saúde, que impossibilita o trabalho multiprofissional; falta de frequência às aulas, dificultando a continuidade das atividades; e ausência de acessibilidade na escola.

Devemos conhecer o aluno, sua história, suas necessidades e desejos, bem como identificar quais são as necessidades do contexto escolar, incluindo seu professor, seus colegas, os desafios curriculares e as tarefas exigidas no âmbito coletivo da sala e as possíveis barreiras encontradas que lhe impedem o acesso aos espaços da escola ou ao conhecimento (MEC, 2007, p. 35).

A partir das necessidades e habilidades do aluno Y., o Grupo de Educadores com a Professora do AEE planejam metas e ações, pesquisam sobre os recursos disponíveis para aquisição ou desenvolvem projetos para confecção de um recurso personalizado.

É necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência física, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações práticas vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida (MEC, 2006, p. 29).

A Equipe Pedagógica visa à estimulação do aluno Y. e esforça-se para compensar a falta de frequência aos atendimentos multidisciplinares indicados, que por

negligência da família necessitam ser desenvolvidos de alguma forma no próprio ambiente escolar.

O processo de inclusão escolar de Y. apresenta aspectos diferenciados em relação aos relatos da literatura. Em geral, recomenda-se que os casos de inclusão de alunos com PC sejam cuidadosamente preparados, envolvendo a criança, os pais e a escola no processo (LIMONGI, 1998).

Cabe à escola favorecer o desenvolvimento dos processos pessoais e sociais para a autonomia, avaliando juntamente com a família a possibilidade gradativa de retirar o Profissional de Apoio (MEC, 2010). Segundo o relato da família do aluno Y., ele frequenta a escola apenas por obrigatoriedade.

A participação da família no processo educacional do indivíduo é peça fundamental para o progresso do mesmo. Segundo Carvalho (2009), a presença dos pais na escola é outra das características da proposta inclusiva. Recomenda-se um assessoramento aos pais para contribuir com o desenvolvimento da criança com suas práticas educativas envolvidas nas atividades da vida prática e da diária (BASIL, 2004).

A escola é responsável pelo planejamento e pelas decisões curriculares em estreita colaboração com as famílias. Mediante a explícita falta de interesse, envolvimento e participação da família do aluno Y. em sua inclusão; a escola busca meios para garantir o direito à Educação e encaminha relatórios da sua falta de frequência à escola e aos atendimentos clínicos para o Conselho Tutelar.

O acompanhamento sistemático multiprofissional é outro aspecto apontado por pesquisas como fundamental para a evolução da pessoa, proporcionando o desenvolvimento de suas potencialidades (LIMONGI, 1998). Fato que não se pode verificar no caso do aluno Y., pois os encaminhamentos aos atendimentos multidisciplinares não são efetivados.

A escola procura amenizar a situação, oferecendo ao aluno Y. um Plano de AEE, que visa estimulá-lo em diferentes aspectos. Sabe-se, porém, que muitas vezes, os alunos com deficiências requerem uma atenção em diversos âmbitos (social, cultural e familiar), que vai além das possibilidades reais de atuação e de compensação da educação escolar e exige a implementação de políticas públicas mais amplas. Mediante esta realidade, o MEC (2007. p. 28) destaca:

professores, apoiados pelos diretores escolares, estabelecem parcerias com outras áreas do conhecimento tais como: arquitetura, engenharia, terapia ocupacional, fisioterapia, fonoaudiologia, entre outras, para que desenvolvam serviços e recursos adequados a esses educandos.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, o aluno tem o direito de realizar tarefas do cotidiano de seu modo. O aluno quando estimulado, encorajado e aceito no âmbito social do qual participa consegue atingir resultados positivos e progressivos no processo ensino-aprendizagem.

O aluno é reconhecido e valorizado como é, passando a ser aceito no convívio do dia a dia da escola e estimulado a aprender e a participar, respeitando-se seus tempos e interesses. O ensino como conjunto de procedimentos pedagógicos adotados pelo professor estará, exclusivamente, a serviço da aprendizagem (CARVALHO, 2009, p. 44).

Modificações e adaptações serão necessárias no Plano de AEE, assim como novos desafios surgirão a qualquer momento, demandando atenção, conhecimento e disposição da comunidade escolar para o planejamento e a construção de novos objetivos para a intervenção e o sucesso do processo de inclusão.

Há evidências de progressos e de avanços no desenvolvimento de Y., principalmente na área motora, na fala e na autonomia em atividades de higiene, alimentação e locomoção nos relatos dos envolvidos ao longo do período de escolarização do aluno investigado.

CONCLUSÃO

Através desta pesquisa, é possível reconhecer a importância e a responsabilidade da escola em incluir pessoas com deficiência. Apesar das dificuldades e desafios, constata-se a possibilidade de sucesso com a participação de toda a comunidade escolar.

Constata-se que somos responsáveis por assegurar que todos possam desfrutar ou exercitar, em igualdade de oportunidades com os demais, os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

É na escola que se aprende a cidadania, e a conviver e valorizar as diferenças e a diversidade humana. Sugerem-se mais estudos com um período maior de investigação para averiguar os êxitos do AEE e mensurar o progresso no desenvolvimento de alunos com paralisia cerebral na escola comum.

REFERÊNCIAS

BASIL, C. Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** v. 3. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 215-233.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Formação continuada à distância de professores para o atendimento educacional especializado: deficiência física**. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

_____. **Nota Técnica SEESP/GAB/nº 11/2010**, de 7 de maio de 2010. Orientações para a institucionalização na escola, da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em salas de recursos multifuncionais. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 13 Ago. 2010.

_____. **Nota Técnica SEESP/GAB/nº 19/2010**, de 8 de setembro de 2010. Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede públicas de ensino. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 30 Set. 2010.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. **Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 Ago. 2009, p. 3.

CARVALHO, R. E. A escola inclusiva como a que remove barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos. In: GOMES, M. (Org.). **Construindo as trilhas para a inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 36-50.

FARRELL, M. **Deficiências sensoriais e incapacidades físicas: guia do professor**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GOMES, C.; BARBOSA, A. J. G. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. **Rev. Bras. Educ. Espec.**; Marília, v. 12, n. 1, p. 85-100, Abr. 2006.

LIMONGI, S. C. O. **Paralisia cerebral: linguagem e cognição**. Carapicuíba: Pró-Fono, 1998.

KLEBANOFF, M. A. The collaborative perinatal project: a 50-year retrospective. **Paediatr. Perinat. Epidemiol.**, v. 23, n. 1, p. 2-8, Jan. 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Trad. Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.